INGRESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR: IMPACTOS DA LBI E ANÁLISE DOS DADOS DO INEP (2015–2024)

Daniele Mattos do Nascimento Alberich[1]

INTRODUÇÃO

O acesso à educação superior é um direito que deve ser assegurado em condições de igualdade, com participação e aprendizagem. Para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), o ingresso representa uma conquista, mas não encerra o compromisso institucional com a inclusão. A permanência depende de condições pedagógicas, comunicacionais, atitudinais e organizacionais que favoreçam a participação e a autonomia.

No Brasil, a Lei nº 12.764/2012 reconheceu a pessoa com TEA como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais. A Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão – LBI) reafirmou o direito à educação inclusiva em todos os níveis e atribuiu às instituições responsabilidades pela eliminação de barreiras e pela garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem.

A inclusão universitária requer atenção às singularidades dos estudantes e às barreiras que podem surgir na comunicação, na organização das atividades, nas interações sociais, no processamento sensorial e nas práticas pedagógicas e avaliativas. Essas dimensões não são homogêneas: as necessidades de apoio variam conforme cada pessoa e contexto.

Pesquisas sobre estudantes com TEA no Ensino Superior apontam desafios nas relações interpessoais, na comunicação entre estudantes e docentes e na preparação da comunidade acadêmica. Núcleos de acessibilidade, monitoria, mediação institucional e

[1] Mestra em Diversidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense- UFF, dalberich@id.uff.br;

flexibilização pedagógica podem favorecer a participação quando construídos em diálogo com o estudante.

A análise de dados oficiais contribui para dimensionar a presença de estudantes com TEA nas instituições de educação superior. Contudo, os registros devem ser interpretados conforme suas definições e categorias. Embora Zambon, Pereira e Reiner (2025) investiguem a Educação Básica, seu estudo alerta para a importância de examinar criticamente a identificação e a categorização estatística, sem transpor seus resultados para o Ensino Superior.

Diante desse contexto, pergunta-se: como evoluíram as matrículas de estudantes com TEA no Ensino Superior brasileiro entre 2015 e 2024 e quais desafios permanecem relacionados à sua permanência acadêmica, considerando a LBI e a literatura especializada?

O objetivo geral é analisar a evolução dessas matrículas, relacionando os dados do Censo da Educação Superior do INEP aos direitos previstos na legislação e às discussões acadêmicas sobre inclusão. Especificamente, busca-se: a) identificar a evolução das matrículas entre 2015 e 2024, conforme as categorias disponibilizadas pelo INEP; b) discutir os direitos à educação, acessibilidade e participação previstos na LBI; e c) sistematizar barreiras e práticas institucionais que influenciam a permanência.

A relevância do estudo está em deslocar o debate da inclusão como simples acesso para a trajetória acadêmica em sua integralidade. O crescimento das matrículas, quando confirmado, indica ampliação da presença, mas não comprova, isoladamente, permanência, participação ou conclusão.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, desenvolvida por meio de revisão integrativa da literatura e análise descritiva de dados secundários do Censo da Educação Superior, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A investigação foi organizada em duas etapas complementares: a primeira compreendeu o levantamento e a análise de produções científicas sobre a inclusão de estudantes com Transtorno do

Espectro Autista (TEA) no Ensino Superior; a segunda consistiu na consulta e análise de informações estatísticas referentes às matrículas desse público nas instituições brasileiras de educação superior.

O levantamento bibliográfico foi realizado na base Scientific Electronic Library Online (SciELO), no período de março a setembro de 2026, considerando publicações compreendidas entre 2015 e 2025. A estratégia de busca utilizou a combinação de termos relacionados à universidade, à inclusão e ao autismo, por meio de operadores booleanos. A expressão de busca registrada foi: (universidade) AND (inclusão) AND (autismo). Inicialmente, foram identificados oito registros bibliográficos, posteriormente submetidos à análise de elegibilidade.

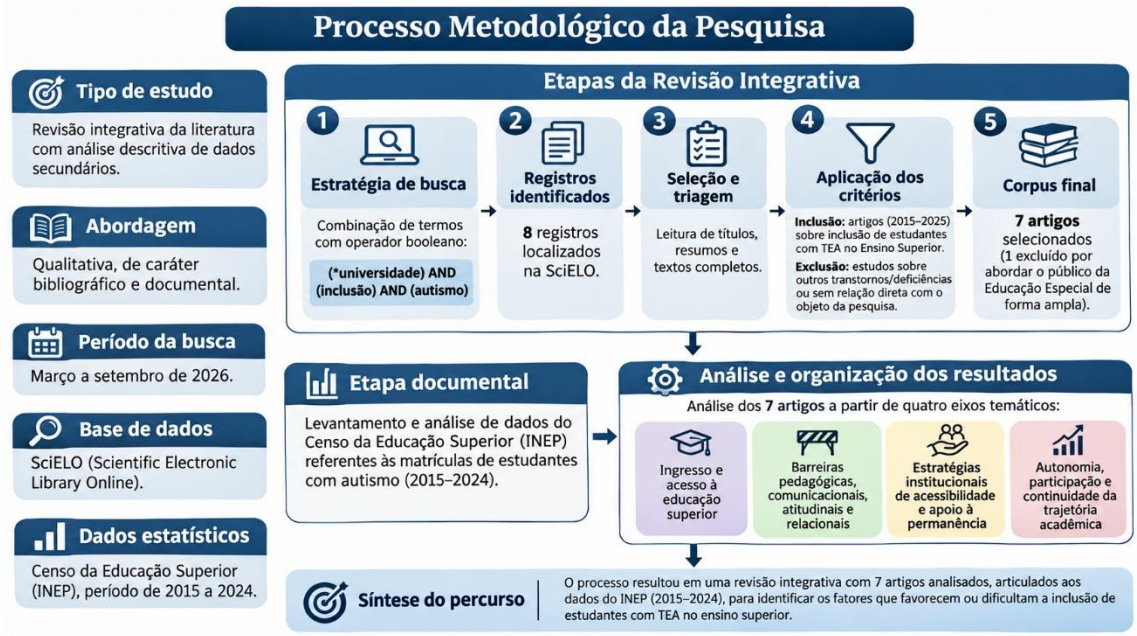
Como critérios de inclusão, foram considerados artigos científicos publicados entre 2015 e 2025 que abordassem diretamente a inclusão de estudantes com TEA no Ensino Superior, contemplando aspectos relacionados ao ingresso, à permanência, à participação, à acessibilidade ou às práticas institucionais de apoio. Foram excluídos estudos que tratassem exclusivamente de outras deficiências, transtornos ou públicos da Educação Especial, sem apresentar resultados específicos sobre estudantes autistas, bem como produções que não estabelecessem relação direta com o objeto e os objetivos desta investigação.

O processo de seleção ocorreu por meio da leitura dos títulos, resumos e textos completos dos registros identificados. Após essa etapa, um dos oito trabalhos inicialmente localizados foi excluído por abordar o público-alvo da Educação Especial de maneira ampla, sem atender ao recorte específico estabelecido para esta pesquisa. Dessa forma, sete artigos compuseram o corpus final da revisão integrativa.

A análise das produções selecionadas considerou os objetivos, os procedimentos metodológicos e os principais resultados apresentados pelos autores. Para a organização e interpretação do material, foram estabelecidos quatro eixos temáticos: a) ingresso e acesso à educação superior; b) barreiras pedagógicas, comunicacionais, atitudinais e relacionais; c) estratégias institucionais de acessibilidade e apoio à permanência; e d) autonomia, participação e continuidade da trajetória acadêmica. Essa organização permitiu identificar aproximações e diferenças entre os estudos, relacionando suas contribuições ao objetivo de compreender os fatores que favorecem ou dificultam a inclusão de estudantes com TEA no contexto universitário.

Na etapa documental, foram consultados dados do Censo da Educação Superior do INEP, referentes ao período de 2015 a 2024, com atenção às categorias e variáveis utilizadas para identificar matrículas de estudantes com autismo e categorias correlatas. A análise considerou as nomenclaturas e classificações disponíveis em cada edição do Censo, reconhecendo possíveis alterações na apresentação dos dados e os limites de comparabilidade entre os anos. Os registros estatísticos foram examinados de forma descritiva e articulados aos resultados da revisão bibliográfica, sem estabelecer relações causais diretas entre a evolução das matrículas e a implementação da Lei Brasileira de Inclusão. O processo metodológico da pesquisa segue na Figura 1:

Figura 1 – Fluxograma do percurso metodológico da pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Por se tratar de investigação fundamentada em produções científicas, legislação e dados estatísticos públicos, não houve participação direta de seres humanos ou coleta de informações individuais. A interpretação dos resultados considerou os limites das fontes consultadas, distinguindo os indicadores de matrícula das dimensões de permanência, participação, progressão e conclusão acadêmica.

REFERENCIAL TEÓRICO

Direito à educação superior e a Lei Brasileira de Inclusão

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) estabelece a educação como direito de todos. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009 (Brasil, 2009), fortalece a obrigação de assegurar sistema educacional inclusivo em todos os níveis. A Lei nº 12.764/2012 (Brasil, 2012) reconhece a pessoa com TEA como pessoa com deficiência, e o artigo 28 da LBI (Brasil, 2015) atribui ao poder público e às instituições responsabilidades pela eliminação de barreiras e pela oferta de recursos de acessibilidade.

Na educação superior, esses dispositivos exigem que a atuação institucional ultrapasse o processo seletivo e a matrícula. É necessário assegurar acesso à informação, participação nas atividades, recursos e serviços de apoio. A acessibilidade envolve dimensões arquitetônicas, comunicacionais, informacionais, pedagógicas, avaliativas, tecnológicas e atitudinais.

Ingresso no Ensino Superior: acessibilidade nos processos seletivos e transição educacional

O ingresso no Ensino Superior deve ser compreendido como um percurso que antecede a matrícula e envolve acesso à informação, compreensão dos editais, inscrição, solicitação de recursos de acessibilidade e realização dos exames seletivos. Para estudantes com deficiência, inclusive aqueles com TEA, a existência de políticas de reserva de vagas representa uma dimensão importante da democratização do acesso, mas não elimina as barreiras que podem surgir nas diferentes etapas do processo seletivo.

Alberich, Pereira e Redig (2025) identificaram barreiras comunicacionais, atitudinais, institucionais e operacionais nos processos seletivos e na transição para a universidade. Os autores destacam que a reserva de vagas precisa ser acompanhada por avaliações acessíveis, formação dos profissionais e articulação entre escolas e instituições de Ensino Superior.

Editais com linguagem técnica, orientações pouco acessíveis e ausência de informações sobre os apoios podem comprometer a participação dos candidatos. Por isso, a acessibilidade deve estar presente desde a divulgação do processo seletivo (Alberich; Pereira; Redig, 2025).

Alberich, Silva e Estef (2026), em relato sobre avaliação de larga escala, mostram que a prova ampliada poderia favorecer a leitura e a localização das informações para uma estudante com TEA, enquanto o tempo adicional, embora útil, não respondia sozinho às suas necessidades.

O relato também aponta a importância de enunciados claros, comunicação adequada sobre os recursos de acessibilidade e continuidade das informações entre o exame e a universidade. Após o ingresso, a estudante ainda enfrentava barreiras no cotidiano acadêmico (Alberich; Silva; Estef, 2026).

A transição para o Ensino Superior, portanto, não termina com a aprovação. Sem articulação entre o processo seletivo e os serviços universitários, o estudante pode precisar comunicar novamente suas necessidades e buscar individualmente os apoios.

Assim, o direito de ingressar exige condições acessíveis no processo seletivo e continuidade dos apoios após a matrícula. Esses estudos fundamentam a análise do acesso e da transição, enquanto a evolução das matrículas é examinada separadamente com base no Censo do INEP.

A experiência universitária de estudantes autistas é heterogênea e não pode ser compreendida por uma descrição única do diagnóstico. As necessidades de apoio variam entre pessoas e situações, podendo envolver previsibilidade da rotina, clareza das orientações, organização das demandas acadêmicas, processamento sensorial, comunicação, interação social e flexibilidade nas estratégias de ensino e avaliação. Por isso, as respostas institucionais devem partir da escuta do estudante e da identificação das barreiras presentes em cada contexto, evitando práticas padronizadas que desconsiderem sua singularidade.

A literatura aponta dificuldades nas relações com colegas e docentes, na compreensão das expectativas acadêmicas e no preparo institucional. Como possibilidades, destaca núcleos de acessibilidade, monitoria, mediação, flexibilização pedagógica e apoios construídos com o estudante. Moschen e Bosa (2025) destacam a importância de equilibrar suporte e autonomia e atribuem aos núcleos de acessibilidade papel essencial na construção de ambientes universitários inclusivos. Os autores afirmam que:

> O avanço na inclusão no ensino superior depende de um esforço contínuo para equilibrar suporte e autonomia, garantindo que os estudantes com TEA tenham condições de construir trajetórias acadêmicas significativas. Assim, os núcleos de acessibilidade continuam a desempenhar um papel essencial na construção de um ambiente universitário verdadeiramente inclusivo e preparado para o atendimento à diversidade.(Moschen; Bosa, 2025 p. 147).

Dados educacionais, visibilidade estatística e limites dos indicadores

O apoio institucional deve favorecer a autonomia, não substituir a ação do estudante. Os núcleos de acessibilidade podem acolher, identificar barreiras e articular estudantes, docentes, coordenações e serviços, integrando as medidas às práticas cotidianas da instituição.

A distinção entre ingresso e permanência é central para a leitura dos dados. A matrícula expressa o registro de vínculo do estudante com a instituição em determinado período, mas não informa, por si só, a qualidade das experiências acadêmicas, a participação nas atividades, a existência de apoios, a progressão curricular ou a conclusão do curso. Assim, os dados do INEP serão tratados como indicadores de presença e evolução das matrículas, enquanto a discussão sobre permanência será fundamentada na literatura e nos limites das variáveis disponíveis.

Os indicadores de matrícula permitem acompanhar a presença de grupos no sistema educacional, mas dependem da qualidade dos registros e da estabilidade das categorias. Zambon, Pereira e Reiner (2025), ao estudarem o Censo Escolar, alertam para os limites decorrentes das formas de identificação e categorização. Sua contribuição é metodológica, não uma fonte de dados sobre o Ensino Superior.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estudos sobre ingresso e presença de estudantes com TEA no Ensino Superior

Os estudos localizados na plataforma SciELO permitem compreender o ingresso de estudantes com TEA como fenômeno relativamente recente, associado à ampliação das políticas de inclusão, mas atravessado por limites na identificação, no registro e no acompanhamento das trajetórias acadêmicas, conforme Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Artigos identificados na base SciELO sobre Autismo/TEA no Ensino Superior

Autores (ano)	Título	Periódico	Foco temático
Olivati; Leite (2019)	Experiências acadêmicas de estudantes universitários com transtornos do espectro autista: uma análise interpretativa dos relatos	Revista Brasileira de Educação Especial	Experiências acadêmicas relatadas por estudantes universitários com TEA.
Silva; Schneider; Kaszubowski; Nuernberg (2020)	Estudantes com transtorno do espectro autista no Ensino Superior: analisando dados do INEP	Psicologia Escolar e Educacional	Mapeamento de estudantes com TEA no Ensino Superior a partir de dados do INEP.
Silveira; Donida; Santana (2020)	Inclusão e permanência de universitários com diagnóstico de transtorno do espectro autista: discussões acerca de barreiras linguísticas	Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)	Inclusão e permanência, com atenção às barreiras linguísticas.
Silveira; Rosa; Benitez; Tannús-Valadão (2023)	Planejamento educacional individualizado de estudante com autismo na universidade	Psicologia Escolar e Educacional	Planejamento individualizado como estratégia de apoio acadêmico.
Dias; Moreira (2024)	Traçados acessíveis: características das produções escritas de estudantes universitários com Transtorno do Espectro Autista (TEA)	Educar em Revista	Produção escrita e acessibilidade na escrita acadêmica.
Alves; Hostins; Oliveira (2025)	Design participativo de tecnologia digital acessível para inclusão de acadêmicos com autismo no Ensino Superior	Revista Brasileira de Educação Especial	Desenvolvimento participativo de tecnologia digital acessível.
Pisetta; Marques (2025)	Inclusão de estudantes universitários autistas	Educação e Pesquisa	Inclusão de estudantes autistas na universidade e condições de participação.

Fonte: Elaboração própria, com base no levantamento bibliográfico realizado na SciELO (2026).

A produção de Silva, Schneider, Kaszubowski e Nuernberg (2020), constitui referência diretamente relacionada ao eixo quantitativo deste artigo. Ao analisarem os registros do Censo da Educação Superior de 2016, os autores identificaram 546 estudantes com TEA e 614 matrículas quando consideradas apenas as informações daquele ano. Com a imputação de dados de anos anteriores, o estudo chegou a 1.217 estudantes únicos e 1.368 matrículas. A diferença entre os resultados com e sem imputação demonstra a importância de explicitar os procedimentos de tratamento dos dados e de considerar os limites dos registros administrativos na construção de séries históricas.

Na discussão sobre a ampliação do acesso, Pisetta e Marques (2025) propõem deslocar a compreensão do autismo de uma leitura exclusivamente sintomatológica e centrada no déficit, destacando a subjetividade e as relações com a linguagem. Essa perspectiva contribui para interpretar a presença de estudantes autistas na universidade sem reduzir suas experiências a categorias diagnósticas homogêneas. O ingresso, nessa direção, não pode ser avaliado apenas pelo número de matrículas: é necessário considerar

se a cultura universitária reconhece diferentes modos de comunicação, participação e construção do conhecimento.

Silveira, Donida e Santana (2020) investigaram condições de acesso e permanência de dois universitários com TEA, por meio de entrevistas semiestruturadas e avaliação fonoaudiológica. Os resultados apontaram dificuldades de relacionamento interpessoal e queixas relacionadas à leitura e à escrita, embora os participantes relatassem sentir-se acolhidos e não perceber discriminação em relação às suas dificuldades. O estudo também identificou a procura por atendimento fonoaudiológico para responder a demandas que, segundo os autores, ainda não eram suficientemente contempladas pelas políticas institucionais. As autoras destacam que barreiras linguísticas, pedagógicas e atitudinais podem afetar o rendimento e a permanência, ao mesmo tempo que ressaltam a importância dos núcleos de acessibilidade.

Olivati e Leite (2019) dão visibilidade às experiências acadêmicas a partir dos relatos dos próprios estudantes com TEA. Essa perspectiva amplia a análise para além dos indicadores institucionais, considerando relações, exigências acadêmicas e condições concretas de participação.

Dias e Moreira (2024), em pesquisa com 14 estudantes de cinco universidades federais, analisaram produções escritas e destacaram a necessidade de orientações e mediações que considerem as particularidades dos estudantes. As autoras alertam que formas alternativas de organização textual não devem ser interpretadas automaticamente como incapacidade, defendendo apoios que favoreçam a expressão do conhecimento.

Alves, Hostins e Oliveira (2025) discutem o processo coletivo e colaborativo de criação do aplicativo Becca, concebido como tecnologia digital acessível para apoiar a inclusão psicossocial e acadêmica de estudantes com TEA no Ensino Superior. O estudo parte do reconhecimento de que a tecnologia pode favorecer a inclusão, mas não é automaticamente acessível: seu desenvolvimento precisa considerar as necessidades dos próprios estudantes e envolver sua participação. Essa abordagem contribui para a compreensão de que recursos digitais, quando construídos de forma participativa, podem apoiar a organização da vida acadêmica e a interação com o ambiente universitário.

Silveira, Rosa, Benitez e Tannús-Valadão (2023) analisaram a aplicação de um Planejamento Educacional Individualizado para uma universitária com TEA. O estudo

descreve ajustes na ementa e no cronograma das disciplinas, indicando possibilidades de organização de apoios no contexto universitário.

Essas estratégias dialogam com Moschen e Bosa (2025) quanto ao equilíbrio entre suporte e autonomia. Os núcleos de acessibilidade podem articular estudantes, docentes e setores institucionais, desde que sua atuação esteja integrada às práticas acadêmicas.

Em conjunto, os estudos se organizam em três dimensões: registro do ingresso; barreiras acadêmicas, comunicacionais e relacionais; e estratégias institucionais de apoio, planejamento e tecnologia acessível. A literatura sustenta uma compreensão processual do direito à educação superior: o ingresso requer processos seletivos acessíveis; a permanência depende de práticas flexíveis, comunicação clara, acolhimento e apoio institucional; e a conclusão exige acompanhamento da trajetória e promoção da autonomia.

Gráfico 1 – Matrículas de estudantes com TEA e categorias correlatas no Ensino Superior (anos apresentados: 2015, 2016, 2017, 2023 e 2024)



Fonte: Elaborado pela autora (2026), com base nos dados do Censo da Educação Superior – INEP (2015–2024) e em Silva et al. (2020).

A leitura do gráfico deve considerar as mudanças de nomenclatura e classificação adotadas pelo INEP ao longo do período (Transtorno Global do Desenvolvimento, Autismo, Síndrome de Asperger e Autismo). Por essa razão, os registros são apresentados

como categorias correlatas e não devem ser interpretados como uma série perfeitamente homogênea.

A análise evidencia que a inclusão de estudantes com TEA no Ensino Superior precisa ultrapassar o ingresso. A LBI estabelece responsabilidades institucionais para garantir acesso, permanência, participação e aprendizagem. A literatura analisada aponta que a efetivação desses direitos depende de acessibilidade pedagógica e comunicacional, formação da comunidade acadêmica e diálogo com os estudantes.

Os dados de matrícula do INEP contribuem para dimensionar a presença desse público, mas devem ser interpretados considerando as mudanças de classificação e os limites dos registros. A matrícula, isoladamente, não comprova permanência, participação, progressão ou conclusão. Por isso, a análise quantitativa foi articulada às pesquisas sobre experiências acadêmicas e barreiras institucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada evidencia que a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Ensino Superior não se limita ao ingresso. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) estabelece responsabilidades institucionais para assegurar acesso, permanência, participação e aprendizagem, com identificação e eliminação de barreiras. Os estudos analisados mostram que a efetivação desses direitos depende de acessibilidade pedagógica e comunicacional, formação da comunidade acadêmica, apoios institucionais e diálogo com os próprios estudantes.

Os registros do Censo da Educação Superior apresentados no Gráfico 1 indicam aumento das matrículas nos anos representados, especialmente nos registros de 2023 e 2024. Essa leitura deve ser feita com cautela, pois houve mudanças nas nomenclaturas e nas categorias utilizadas pelo INEP, e o gráfico reúne anos específicos, não uma série anual contínua. Portanto, os dados permitem dimensionar a presença registrada desse público, mas não demonstram, isoladamente, permanência, participação, progressão ou conclusão acadêmica, tampouco permitem atribuir causalidade direta à implementação da LBI.

Como implicação, destaca-se a necessidade de políticas institucionais que acompanhem a trajetória acadêmica, e não apenas o momento de ingresso. Os núcleos de acessibilidade podem desempenhar papel relevante na articulação de apoios, desde que

sua atuação promova autonomia, participação e protagonismo. Novas pesquisas poderão aprofundar as experiências dos próprios estudantes autistas, os indicadores de progressão e conclusão e a avaliação das medidas de acessibilidade implementadas pelas instituições de educação superior.

REFERÊNCIAS

ALBERICH, D. M. do N.; PEREIRA, A. da S. M.; REDIG, A. G. **Acessibilidade nos vestibulares: revisão integrativa dos trabalhos publicados nos Anais do CBEE (2016–2023)**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 11., 2025, São Carlos. Anais [...]. 2025. Disponível em: https://static.even3.com/anais/1256711.pdf. Acesso em: 9 nov. 2026.

ALBERICH, D. M. do N.; SILVA, R. da S.; ESTEF, S. **A importância da acessibilidade na avaliação para os estudantes com TEA: um relato de experiência sobre avaliação de larga escala.** In: PEREIRA, A. da S. M.; JOSÉ, A. B.; ALBERICH, D. M. do N. (org.). *Transtorno do Espectro Autista: caminhos para uma aprendizagem emancipatória e protagonista*. 1. ed. Santo André: V&V Editora, 2026. p. 48-58. DOI: https://doi.org/10.47247/AP/6063.119.9.5.

ALVES, A. G.; HOSTINS, R. C. L.; OLIVEIRA, N. A. de. Design participativo de tecnologia digital acessível para inclusão de acadêmicos com autismo no Ensino Superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 31, e0233, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-54702025v31e0233.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo**. Brasília, DF: Presidência da República, 2009.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

DIAS, V. F.; MOREIRA, L. C. Traçados acessíveis: características das produções escritas de estudantes universitários com Transtorno do Espectro Autista (TEA). **Educar em Revista**, v. 40, e88215, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/1984-0411.88215.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior: microdados e publicações estatísticas**

(2015–2024). Brasília, DF: INEP, [s. d.]. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior. Acesso em: 8 nov. 2026.

MOSCHEN, I. P.; BOSA, C. A. **Inclusão de estudantes com TEA no ensino superior: desafios e práticas.** In: BOSA, C. A.; SCHMIDT, C. (org.). Autismo e educação: da educação infantil ao ensino superior. 2. ed. São Paulo: Penso, 2025. cap. 8, p. 130-150.

OLIVATI, A. G.; LEITE, L. P. Experiências acadêmicas de estudantes universitários com transtornos do espectro autista: uma análise interpretativa dos relatos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, n. 4, p. 729–746, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-65382519000400012.

PISETTA, M. A. A. A. M.; MARQUES, T. M. Inclusão de estudantes universitários autistas**. Educação e Pesquisa**, v. 51, e282852, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/S1678-4634202551282852por.

SILVA, S. C. da; SCHNEIDER, D. R.; KASZUBOWSKI, E.; NUERNBERG, A. H. Estudantes com transtorno do espectro autista no Ensino Superior: analisando dados do INEP. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 24, e217618, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/2175-35392020217618.

SILVEIRA, P. T. da; DONIDA, L. O.; SANTANA, A. P. Inclusão e permanência de universitários com diagnóstico de transtorno do espectro autista: discussões acerca de barreiras linguísticas. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 25, n. 3, p. 659–675, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/S1414-40772020000300008.

SILVEIRA, V. G.; ROSA, B. R.; BENITEZ, P.; TANNÚS-VALADÃO, G. Planejamento educacional individualizado de estudante com autismo na universidade. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 27, e238308, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/2175-35392023-238308.

ZAMBON, M. C.; PEREIRA, C. D.; REINER, J. C. A (in)visibilidade de estudantes com TEA no Censo Escolar Brasileiro: um estudo a partir de microdados 2012–2024. **Revista DCS**, v. 22, n. 83, p. 1–21, 2025. DOI: https://doi.org/10.54899/dcs.v22i83.3543.